



A vitória de Bolsonaro e da ultradireita liberal: uma nova conjuntura que coloca novos desafios para as lutas da classe trabalhadora brasileira

Nos últimos anos, vivenciamos um cenário de profundos ataques à classe trabalhadora, no terreno político, social e dos direitos trabalhistas, bem como um grande processo de lutas e resistências. Em meio a uma das maiores crises política, social e econômica da história, ocorreram as eleições no país e Jair Bolsonaro foi eleito Presidente da República.

Sua eleição impõe uma mudança de qualidade, a situação defensiva não só se aprofunda como ganha mais determinação e intensidades na conjuntura e exige que nos preparemos para enfrentar um governo de ultradireita liberal, em aliança com setores das Forças Armadas e que prega abertamente a defesa da ditadura militar, seus métodos de tortura e que ainda faz apologia às ideologias de perseguição aos “comunistas” (leia-se movimentos sociais e sindicatos), de racismo, machismo, lgbtfobia, xenofobia e toda forma de discriminação e opressão.



A classe trabalhadora segue resistindo. As várias lutas e mobilizações nesses últimos anos, com destaque ao protagonismo das mulheres com seus levantes multitudinários, o ponto alto de nossa resistência em 2017, com a greve geral e o #ocupabrasília, ou ainda o aumento do número de greves no país e a intensificação das lutas por território, no campo e na cidade, demonstram isso. Apesar da situação extremamente desfavorável nada aponta para que as massas deixem de lutar.

Bolsonaro já demonstrou o seu papel submisso aos interesses do imperialismo, por exemplo, ao buscar agradar Trump e seus apoiadores com a sinalização da mudança da embaixada brasileira, em Israel, de Tel Aviv para Jerusalém. Estamos diante de mais um governo completamente a serviço dos banqueiros e grandes empresários, nacionais e internacionais, em meio ao aprofundamento da crise econômica nacional e internacional.

O desafio que se impõe ao movimento, portanto, ganha novas dimensões e tarefas o que, para nosso sindicato, significa encará-las nos marcos da independência de classe, como fizemos diante dos demais governos, e da ousadia na construção da unidade de ação, agora mais necessária ainda. Nesse terreno é fundamental buscarmos nos apoiar nos acertos e na tentativa de superação dos erros do período anterior.

Foi com essas bases que nós intervimos na luta de classes e, no limite de nossas forças, também o fizemos no processo eleitoral que, infelizmente, culminou com a vitória da ultradireita.

Passado o polarizado processo eleitoral de outubro, duas questões importantes estão colocadas diante das possibilidades do que será o governo Bolsonaro:

- 1) subdimensionar a escalada autoritária e o perigo que este governo representa aos direitos da classe trabalhadora;
- 2) hesitar em se construir a mais ampla unidade de ação para enfrentar os retrocessos em curso.

O momento é de resistência organizada e a mais ampla unidade das forças políticas progressistas em defesa das liberdades democráticas, dos direitos sociais e da previdência, educação, saúde pública, emprego, salário e moradia. As classes dominantes no país ergueram seu punho direito, autocrata e reacionário e declararam guerra. Abandonaram a conciliação de classes por um programa radical de retirada de direitos. Se por um lado os ataques serão muito intensos, a disposição de luta não pode cessar no próximo período. A conjuntura que se anuncia poderá ser a mais reacionária e complexa para a classe trabalhadora brasileira e também para o funcionalismo público.

É preciso lutar, é possível resistir!

Em tempos de endurecimento político, vivenciamos uma verdadeira ofensiva reacionária de tentativa de desmonte do funcionalismo público e de devastação do trabalho estável e regulamentado e dotado de direitos. Servem de exemplificação: as reformas ultraliberais, o novo vilipêndio e devastação social envolvendo a prevalência do negociado sobre o legislado, desregulamentação da legislação protetora do trabalho via Reforma Trabalhista e legalização do trabalho intermitente e da terceirização ampliada e irrestrita, a ameaça de aprovação da Reforma da Previdência, em escala maior do que o projeto de Temer, via sistema de capitalização; o fim da estabilidade do emprego público, dentre tantos ataques à organização coletiva dos trabalhadores. Uma das dimensões estratégicas do sindicalismo na atual conjuntura está em mediar as



necessidades imediatas e mais intensamente sentidas pela classe trabalhadora com aspectos estruturais. Não é hora de defesa isolada de pautas corporativas ou de dispersão.

Bolsonaro não negociou ministérios com as cúpulas partidárias, e a distribuição dos cargos está seguindo outros critérios: militares (generais do Exército principalmente), bancadas temáticas – boi, bala e bíblia – e patronais, quadros da extrema direita como o novo chanceler e o ministro da educação. É uma subversão radical do chamado presidencialismo de coalisão, que vigora a 30 anos. O “superministro” Paulo Guedes tem carta branca para escolher os dirigentes da Caixa, BB, Ipea e Petrobrás.

Esse modelo que tem o general Augusto Heleno como figura central da esfera militar dá sinais do perigo do fechamento do regime, se necessário, para cumprir a agenda neoliberal que está sendo articulada.

Durante o processo eleitoral, vimos a ocorrência de episódios protofascistas, apoiados nos discursos da família Bolsonaro, que resultaram no assassinato de Moa do Katendê, na Bahia, e a invasão coordenada da polícia em dezenas de universidades públicas, para ficar apenas em dois exemplos.

Casos dessa natureza se somam a anúncios do presidente eleito que diz que irá, via o aprofundamento da lei “antiterrorismo” criada no governo anterior, tipificar como terroristas as lutas por terra e moradia e assim criminalizar as lideranças. Estão sob ameaça, portanto, as poucas liberdades democráticas conquistadas pela luta de nosso povo.

Nessa caminhada, a criminalização dos movimentos sociais é tarefa central do novo governo, e a indicação de Moro como o segundo “superministro” tem essa finalidade, se posicionando para ser algoz do MST e MTST, bem como das organizações sindicais.

Sobre as eleições

Em uma situação de crise política e social, Bolsonaro capitalizou o antipetismo na classe média, fomentado pelos grandes grupos econômicos e de mídia. Foram três anos de disputa ideológica e o resultado demonstrou que além de atrair a pequena burguesia enraivecida pelo impacto da crise socioeconômica, também atraiu parte da classe trabalhadora impactada pelo discurso que o maior problema do Brasil seria a corrupção.

Não é qualquer caminho que nos serve para reconquistar as massas atraídas pela direita, é preciso um caminho que busque inverter a deseducação promovida pelo projeto de conciliação de classe. Devemos ser instrumentos para retomar o classismo, a independência de classe, a desconfiância das instituições burguesas, inclusive do judiciário e das polícias. Nossas ideias certamente encontrarão terreno para serem semeadas na luta de resistência nas quais estaremos na linha de frente.

A unidade necessária para enfrentar Bolsonaro não pode nos impedir de apresentar um projeto que supere a conciliação de classes, a qual não pode mais impulsionar a mobilização e organização de nossa classe. Foram anos de abandono da luta ideológica e do classismo, depositando toda a esperança e insatisfação nas urnas e na institucionalidade.

Por isso, a superação do programa de conciliação de classes passa por nos apresentarmos na linha de frente para

os enfrentamentos que virão. Passa por dialogar com as demandas concretas dos trabalhadores, e passa por apresentarmos um programa anticapitalista. Para disputar amplos setores das massas hoje iludidos pelo projeto de Bolsonaro, é preciso reavivar o movimento de massas da classe trabalhadora e colocá-lo em ação. A frente única está no centro da tática política. É assim que disputaremos a consciência de milhões.

Apenas a resistência unificada da classe trabalhadora poderá barrar os retrocessos e, numa perspectiva de futuro, impulsionar a reorganização da esquerda no Brasil. E o SINASEFE se coloca na dianteira dessa luta! Afinal, a despeito da diversidade e das diferenças políticas no interior da esquerda, na luta contra o neofascismo somos todos camaradas!

Devemos seguir a serviço da construção de uma ampla unidade em defesa dos direitos e das liberdades democráticas.



cas de qualidade, a situação defensiva não só se aprofunda como ganha mais determinação e intensidades.

Para enfrentar a ultradireita, aliada a um setor das Forças Armadas no poder central de nosso país, devemos construir uma frente única de nossa classe, levantar um programa mínimo, que inclua a defesa intransigente de nossos direitos.

Diante da atual realidade, devem se somar a essa nossas reivindicações, e com devida força, a defesa de nossas liberdades democráticas, o direito de greve e manifestação, o fim da criminalização das lutas e dos lutadores sociais. Nesse marco vamos dar continuidade e seguir fortalecendo as mobilizações convocadas pelas mulheres, indo às ruas, bairros e locais de trabalho em ações, diretamente contra o governo ou potencializando e organizando a luta contra o machismo, racismo, lgbtfobia, xenofobia e toda forma de opressão e discriminação.

Atos, greves e manifestações

A ação direta e a mobilização permanente de nossa classe são elementos de conteúdo político-estratégico diante dessa nova conjuntura, que exige ainda mais que sejam praticadas. Nós devemos nos lançar à unidade de ação

com todos os setores, orgânica ou não, que se disponham a tomar as ruas conosco, por um ponto específico que seja, através de atos, greves ou manifestações.

As bandeiras em defesa das liberdades democráticas e as lutas contra os ataques específicos ao direito de expressão e de manifestação ganham ainda mais hierarquia. Buscaremos estar, de maneira ativa, em cada iniciativa unitária que surja no bairro, na escola, nos locais de trabalho etc.

Calendário de lutas

- **3 e 4 de dezembro:** mobilizações locais com atividades a serem construídas em cada unidade de trabalho, em defesa dos serviços públicos, contra o Escola Sem Partido e em defesa dos direitos democráticos da Constituição de 88.
- **5 de dezembro:** atividades em Brasília-DF.



Cúpula do G20 aconteceu sob forte tensão geopolítica e social

Na última sexta-feira (30/11) os chefes de Estado das economias mais desenvolvidas do mundo se encontraram em Buenos Aires, capital da Argentina. Os membros ativos do G20 somam 85% do PIB mundial, 80% dos investimentos globais, 75% do comércio e 66% da população.

Os países que integram o G20 são Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, África do Sul e Turquia, além da União Europeia, como bloco. Espanha é sempre convidada. Além disso, o país anfitrião tem o direito de eleger convidados. Com isso, a Argentina convidou o Chile e a Holanda. Também podem participar entidades regionais como a União Africana, as nações do sudeste asiático do Asean, ou as caribenhas, como o Caricom.

O G20 nasceu em 1999 para ampliar o G7. Foi uma forma de reconhecer o peso de outros PIBs dos chamados países emergentes, lhes dando o direito de participar de decisões até então tomadas por Washington e algumas capitais europeias. O grupo chegou ao máximo com a entrada da

Rússia quando se formou o G8, em 1998. Depois de presidir o G8 em 2006, a Rússia foi excluída do grupo devido ao conflito com a Ucrânia e a anexação da Criméia.

Mas o G20 não teve grandes expressões até 2008, quando então a crise econômica internacional demonstrou a ineficácia das instituições edificadas no pós-guerra que configuram a atual ordem mundial. Assim, se começou a buscar outros consensos para administrar o mundo. Falou-se até mesmo de uma nova arquitetura econômica e financeira, mas isso pouco avançou. Ao contrário, a ordem mundial passou a ser questionada por setores das classes dominantes e do imperialismo aumentando os conflitos geopolíticos.

Por outro lado, do ponto de vista dos trabalhadores e dos povos oprimidos a situação desde então só piorou. Dados divulgados mostram que em 2015, 1% da população concentrava 46% dos recursos disponíveis, sendo que 10% chegava a concentrar 86%. Um

contraste absoluto, se considerarmos que metade da população não possuía nenhum recurso. Os 40% restante era composto pela classe média que concentrava em torno de 14%, mas que vem perdendo posição. Para evitá-la, esse setor se inclina ao racismo, à xenofobia e ao desprezo pelos mais pobres. Não por acaso, essa tem sido a principal base do avanço da extrema direita a nível internacional.

G20: A distância entre os eixos e a realidade

O presidente Mauricio Macri com a popularidade em baixa e governante de um país anfitrião que atravessa



uma séria crise econômica, propôs três eixos de discussão para esta cúpula do G20. Como de praxe, estes serão os eixos que deverá tratar durante o próximo ano em que caberá a ele presidir o grupo. São eles:

- 1) trabalho do futuro;
- 2) conectividade global;
- 3) segurança alimentar.

Assim, as mais de 40 reuniões preparatórias da cúpula que ocorreram na Argentina não só estiveram longe de resolver os problemas que afetam a maioria da população mundial, mas também passaram à margem dos temas que estão envolvidos nos principais conflitos geopolíticos que atormentam o mundo.

Assim, por um lado, está claro que as prioridades dos presidentes que se reuniram em Buenos Aires, de fato, são outras. Donald Trump (EUA), Xi Jinping (China), Vladimir Putin (Rússia), Angela Merkel (Alemanha) ou Shinzō Abe (Japão) tratam em paralelo dos temas que realmente estão tensionando a geopolítica mundial. Por outro, os movimentos sociais protestam em defesa das suas reivindicações.

Destaque à parte, a ausência de Jair Bolsonaro, presidente recém-eleito no Brasil e convidado pelo atual presidente Michel Temer à cúpula. Ele priorizou encontrar-se no Brasil com John R. Bolton, do Conselho de Segurança Nacional dos EUA.



Tensão geopolítica

Nos EUA, tanto a ala globalista, quanto a nacionalista expressa por Trump, fazem gestão para um encontro bilateral com Xi Jinping para tratar da “guerra comercial”. Tentam de alguma forma chegar a um acordo com a China. Mike Pence revelou no Hudson Institute qual é preocupação de fundo dos EUA: “com seu plano ‘Made in China’, o Partido Comunista Chinês se prepara para controlar 90% das indústrias mais avançadas do mundo, incluindo a robótica, biotecnologia e inteligência artificial. Para ganhar os mais altos comandos da economia do século XXI, Beijing colocou seus burocratas e empresários a obter a propriedade intelectual estadunidense, fundamento de nossa liderança, por qualquer meio”.

Tal como está exposto na nova estratégia de segurança nacional anunciada por Donald Trump, os EUA decidiu conter a qualquer custo o avanço da China rumo à liderança da economia mundial. A China, por um lado, busca habilmente construir alianças com aliados históricos dos EUA, como é o caso do próprio Japão. Não foi outro o sentido da visita de Abe em outubro a Xi. O mesmo ocorre em relação à Grã-Bretanha, primeiro país Europeu a ingressar no Banco Asiático de Investimentos e Infraestruturas impulsionado pela China à serviço do megaprojeto da “Nova Rota da Seda”.

Por outro lado, a China decidiu aumentar seu orçamento militar. A disputa pelo controle dos mares levou a China a tomar a decisão de ser a maior força naval até 2030. A

intensificação dessa disputa entre os EUA e a China fez soar há algum tempo os tambores de guerra no Mar do Sul da China.

A Rússia, apesar das resistências de Trump, foi elencada como outro país tido como “inimigo estratégico” pelos documentos de defesa e estratégia dos EUA. Como forma de se defender do avanço da Otan sobre o Leste, o projeto de Putin é a conquista de um espaço vital com vistas de recuperar um projeto imperialista aos moldes do czar “Pedro, o Grande”.

Essa política dos EUA de combate simultâneo à Rússia e à China tem empurrado estes países a realizar vários acordos de cooperação que já adentraram até mesmo no terreno militar. No mês de setembro deste ano, ambos os países realizaram uma demonstração força militar conjunta em Stravopol, algo inédito no último período histórico.

Um encontro entre Trump e Putin também estava previsto durante o G20. Mas a situação se complicou ainda mais. O clima para qualquer acordo se tornou totalmente impróprio com o recente episódio da captura dos três navios de guerra ucranianos pela Rússia. O incidente ocorreu no Estreito de Kerch, próximos à Península da Crimeia, território disputado pelos dois países desde 2014.

Para complicar ainda mais a situação, o encontro previsto entre Donald Trump e o príncipe saudita Mohamed Bin Salman (MBS) para ver como contornar o monumental desgaste de

um aliado chave dos EUA no Oriente Médio, culpado pelo assassinato do jornalista opositor saudita Jamal Khashoggi, esteve sob nova tensão. A entidade de direitos humanos Human Rights Watch reforçou o pedido ao judiciário argentino – país signatário de acordos internacionais contra crimes de lesa humanidade – para deter e questionar MBS assim que pisasse no solo do país. Além da morte do jornalista, a entidade denuncia os abusos cometidos durante a intervenção militar no Iêmen, onde é responsável pela morte de 6.500 civis.

Marcha e Cúpula dos Povos "Não ao G20-Fora o FMI"

Se por um lado, no Civil 20 (C20, um dos grupos que contribuem com propostas ao G20 em nome da “socie-

dade civil”), participaram de reuniões na Argentina a Unicef, a OIT, além de outras locais como a Conicef e CGT; por outro, existe um conjunto de forças que não confia de forma alguma nesta liderança mundial.

Entre os dias 25 e 1º de dezembro teve início uma semana de ação impulsorada pela “Confluencia Fuera o G20 e o FMI”. Nos dias 28 e 29 foi realizada a Cúpula dos Povos e, no dia 30 houve uma marcha. Além da denúncia do G20 e do FMI, o protesto contra a presença de Trump se somou à denúncia do atual presidente eleito no Brasil, Jair Bolsonaro.

Entre as organizações estavam a CTA, Attac Argentina, Jubileu Sul, Movimento Evita, CTEP, Red Amigos da Terra e outras. As organizações de Mulheres estiveram presentes. Também participaram or-



ganizações de esquerda como o MST e o PSTU argentino.

Várias delegações estrangeiras também estiveram presentes. Do Brasil, por exemplo, participaram representantes da CSP-Conlutas, de sindicatos como a Apeoesp, Metalúrgicos de São José dos Campos, Petroleiros do Rio de Janeiro, SINA-SEFE, dentre outros. Dos partidos de esquerda, estiveram representados partidos como o PSOL e o PSTU. Um dos desafios da participação das delegações brasileiras foi construir uma frente contra o avanço da extrema direita na América Latina.

Brutal esquema de segurança não intimidou movimento

A tensão geopolítica combinada com a realização da Cúpula dos Povos e da marcha que teve como ponto de apoio um dos movimentos mais combativos da América Latina como é caso do argentino, somado às delegações estrangeiras, elevou a tensão na cidade de Buenos Aires à níveis até então poucas vezes já vistos.

A suspensão da partida da final da Libertadores entre Boca Juniors e River Plate por conta dos enfrentamentos entre as torcidas e agressões aos jogadores do Boca, contribuiu



para elevar ainda mais a temperatura e reforçar o já pesado esquema de segurança.

Uma grande região da cidade, que incluiu áreas inteiras do centro e os bairros de Belgrano, Palermo, Recoleta e Puerto Madero, esteve completamente cercada. Nessa área só podiam circular moradores e pessoas com credenciamento. Tampouco houve serviços de ônibus, metrô e trens nesses dois dias, enquanto o aeroporto Jorge Newbery (Aeroparque) era usado apenas para os voos das comitivas internacionais.

Segundo a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, o esquema armado para receber os líderes dos países foi para evitar ataques terroristas e conter manifestações durante o evento. Assim, o esquema de segurança em Buenos Aires incluiu 22 mil oficiais argentinos e mais dois

mil agentes de segurança das autoridades internacionais nas ruas. O governo argentino gastou US\$ 4 milhões (cerca de R\$ 15,5 milhões) para comprar novos armamentos.

Também houve furções e motocicletas vigiando a cidade. No porto de Buenos Aires, barcos monitoravam o movimento da região. Os EUA emprestaram aviões, enquanto a Itália e o Canadá cederam he-

licópteros para a segurança. Já a China doou quatro tanques blindados. O espaço aéreo foi fechado durante a chegada de algumas das autoridades e foi dada a ordem de derrubar aeronaves que violem as regras.

Houve também um maior controle no setor de imigrações das entradas ao país. Os países participantes enviaram listas de pessoas com antecedentes violentos que supostamente poderiam causar distúrbios durante o evento de forma a que a entrada fosse vetada.

Nada disso, porém, intimidou as organizações que pretendiam se manifestar contra o G20. As atividades com mesas de debates e a marcha foram mantidas.

Assim, nesses dias, com as principais potências reunidas de um lado, e os movimentos sociais de outro, se concentraram as principais contradições da atual situação mundial.

Marcha dos migrantes é reprimida por EUA e México. Obrador aposta em acordo com Trump

No dia 25 de novembro, após duas semanas em abrigos precários, migrantes oriundos de países da América Central realizaram uma marcha pela cidade de Tijuana, no México. A manifestação começou no albergue Benito Juárez, no qual cinco mil centro-americanos estão alocados após chegarem de diferentes caravanas nas últimas semanas.

Durante a manifestação, um grupo de centenas de refugiados tentou pular o muro que separa o México e os EUA, enquanto outros tentaram atravessar a fronteira por meio do rio Tijuana. Em resposta, a polícia norte-americana utilizou balas de borracha e gás lacrimogêneo para fazer o grupo recuar e permanecer no México.

Logo após o incidente, o governo Trump ordenou o fechamento de San Ysidro, o ponto de passagem mais movimentado da fronteira, o que coloca os migrantes que pedem asilo no país em uma situação angustiante de ainda mais espera, sem previsão para terem seus pedidos de visto confirmados.

O presidente norte-americano já havia dito que, se preciso, seria utilizada “força letal” para conter aqueles que tentassem entrar “ilegalmente” no país. A política de Trump consiste em tornar os imigrantes inimigos públicos, colocando argumentos para apontar que os refugiados querem “invadir” os EUA. Por meio deste discurso, consegue colocar parte da população contrária aos migrantes e legitimar o uso de força bruta contra aqueles que tentam cruzar a fronteira.

A espera destes imigrantes nas cidades fronteiriças mexicanas até que possam adentrar nos EUA e pedir visto pode durar meses. Esta espera, e a situação desumana à que são expostos, tem gerado justa impaciência por parte dos refugiados, que gritam a plenos pulmões: “Trump, não somos inimigos”.

Após semanas e até meses de caminhadas sobre sol e chuva, dormindo nas ruas e calçadas, cruzando países inteiros em situação de extrema vulnerabilidade, os refugiados centro-americanos ainda sofrem a criminalização por parte do governo Trump e o descaso do governo do México: depois de reprimir as manifestações, autoridades mexicanas prenderam e deportaram 98 imigrantes. Além disso, reforçou suas fronteiras.

O governo Obrador e a política para os imigrantes

No dia 1º de dezembro o novo presidente mexicano, André Manuel Lopez Obrador (AMLO), tomou posse. Existe grande expectativa das chamadas “forças progressistas” e de amplos setores da esquerda em toda América Latina no novo governo. Seu partido, o Morena, terá força política e social para fazer importantes mudanças no país.



Em termos de reformas progressistas, já se discute inclusive, por exemplo, formas de descriminalizar a maconha.

Mas existem contradições que impõe limites ao modelo que Obrador desenha para o país. Uma delas é a relação com o imperialismo norte-americano. AMLO já anunciou que não buscará se enfrentar diretamente com o governo Trump. Por outro lado, seu governo parece querer realizar mudanças por meio de um modelo neodesenvolvimentista, impulsionando a economia interna com obras públicas que, por sua vez, estimularia o aumento dos empregos. Isso incidiria sobre a política migratória.

De acordo com o jornal The Washington Post, está em marcha um acordo entre México e Estados Unidos para que os migrantes permaneçam em solo mexicano enquanto os pedidos de visto são avaliados nos tribunais norte-americanos. Trata-se de uma mudança regressiva já que normalmente os solicitantes de asilo aguardavam o resultado do pedido de visto em solo estadunidense.

A futura ministra do interior, Olga Sánchez Cordero, afirmou que esta seria uma solução a curto prazo, e que não enxerga com bons olhos as caravanas vindas de países como Honduras. De acordo com ela, caso as caravanas continuem, isso gerará um problema para o país.

A médio e longo prazo, o futuro governo mexicano buscaria fazer uma série de acordos com Trump, no qual viriam dos Estados Unidos o valor de 20 bilhões de dólares (76 bilhões de reais) em investimentos privados nos próximos seis anos, para que sejam criadas as “cortinas de desenvolvimento”.



Estas “cortinas de desenvolvimento” são uma série de investimentos públicos em obras públicas na região sul do país, local mais precarizado do México e que faz fronteira com os países centro-americanos, dos quais a imensa maioria dos migrantes são originários.

Até agora, AMLO anunciou três destes planos de investimentos. Um em Chiapas, que geraria 400 mil empregos com uma política de reflorestamento de cerca de 1 milhão de hectares. O segundo seria uma estrada de ferro com 1.500 quilômetros, que atravessariam cinco estados do país. O terceiro megaprojeto da equipe econômica de Obrador é uma linha ferroviária que ligará a região de Oaxaca, à oeste, no Oceano Pacífico, a Veracruz, à leste, no Atlântico.

Muitas destas vagas de empregos seriam para os migrantes, que passariam a se enraizar no México evitando a ida em direção aos EUA. Obrador pretende também que Trump aumente a ajuda norte-americana aos países do triângulo norte da América Central. Após a última grave crise de migrantes na região, em 2014, foi criado o Plano Aliança pela Prosperidade, no qual deveriam ter sido destinados 600 milhões. Porém, por questões burocráticas do funcionamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, apenas 200 milhões foram colocados em prática.

De acordo com o futuro ministro do Exterior, Marcelo Ebrard, que lidera as negociações, até maio de 2019 estes acordos devem ser fechados. Caso não sejam concretizados até esta data, irão expirar e não poderão mais ser colocados em prática.

Toda solidariedade aos migrantes centro-americanos

De acordo com as negociações de Trump e Obrador, o destino dos refugiados seria o México e não os EUA. Por sua vez, o México sinaliza fechar sua fronteira aos demais migrantes centro-americanos. Sem dúvida um acordo sinistro, já que envolveria um governo tido como de esquerda e um populista de extrema direita. Trump não

esconde seu entusiasmo: deixou de participar do segundo e último dia da reunião do G20 em Buenos Aires para ir à posse de López Obrador.

Assim, diante da difícil situação da marcha dos migrantes, é preciso cobri-los de solidariedade internacional. A palavra de ordem “Nenhum imigrante é ilegal” deve ser intensificada. Migrar é um direito humano e

deve ser garantido. É preciso denunciar e repudiar a forma que Trump, com a anuência do governo mexicano, lida com os refugiados transformando estes em “invasores” e inimigos públicos.

Por outro lado, a política desenhada por AMLO, de fato, vai de encontro aos interesses de Trump, ainda que aparentemente tente tirar vantagem em relação aos investimentos norte-americanos no México. Não nos enganemos: a resultante será mais subordinação do México aos interesses dos EUA.

No imediato, em Tijuana, cidade ápi-ce dessa crise atual, empresários divulgam vagas em linhas de montagens das indústrias locais, porém com salários mais baixos do que estes refugiados receberiam nos EUA. Mais baixos, inclusive, que os recebidos pelos mexicanos que moram na cidade.

Seja em obras públicas, seja no setor privado, os migrantes centro-americanos devem ter o justo direito de receberem um salário digno. A mão de obra migrante não pode servir como mão de obra barata e/ou contratos precários.



Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Plantonista responsável: David Lobão (coordenação geral)

Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres

Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Flávia Destri Garcia

Contatos: dn@sinasefe.org.br e
imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br



Filiado à

